



**Declaração do Diretor Geral Juan Somavia
Lançamento de “Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado”
11 de maio 2005**

Hoje a OIT tem o prazer de lançar “*Uma Aliança Global contra o Trabalho Escravo*”.

Nós acreditamos que esta é a análise mais completa já realizada sobre os fatos e causas do trabalho forçado contemporâneo. Ela contém a primeira estimativa global e regional feita por uma organização internacional sobre o trabalho forçado no mundo atual, incluindo o número de pessoas afetadas, assim como os lucros obtidos por aqueles que exploram os trabalhadores traficados.

O relatório é também uma chamada para a ação, sob o entendimento de que os direitos humanos fundamentais ainda não foram suficientemente compreendidos e são pobremente documentados. Argumentando que o trabalho forçado se apresenta como um desafio para todos os países do mundo, o relatório diz também que o trabalho forçado pode ser abolido. Ele conclama uma aliança global para erradicar o trabalho forçado através da mobilização de vontade política, da melhor aplicação e do fortalecimento das leis e políticas existentes, e o vínculo desses esforços com estratégias efetivas de prevenção.

Antes de partilhar as principais descobertas, gostaria de explicar o que a OIT entende como trabalho forçado. O trabalho forçado não pode ser comparado a condições de trabalho precárias, ou com baixa remuneração. Pessoas são vítimas do trabalho forçado quando estão em um trabalho ou serviço contra sua vontade, e quando são sujeitas a penalidades ou sanções se tentam sair dessa situação. O trabalho forçado não pode ser imposto pelo Estado, por grupos rebeldes ou militares, ou por agentes privados.

Há pelo menos 12,3 milhões de vítimas do trabalho no mundo atualmente. E, mais do que isso, o trabalho forçado é um importante problema global, presente em todas as regiões e em todos os tipos de economia.

Apesar de muitos ainda tenderem a pensar no trabalho forçado como um abuso do estado contra os seus cidadãos – com imagens de “gulags” e horrores semelhantes – nossa pesquisa indica que mais de 4 em cada 5 trabalhadores forçados são explorados por agentes privados que atuam principalmente na economia subterrânea.

Este também é um negócio muito grande. Nosso relatório descobriu que o tráfico de seres humanos gera cerca de 32 bilhões de dólares americanos em lucros – o que excede o Produto Interno Bruto de mais de 100 países. Cerca de metade desses lucros são realizados nos países mais ricos do mundo. E as somas mais expressivas, obtidas pela exploração sexual comercial forçada.

Os desafios de combater o trabalho forçado são assombrosos. A maior parte do trabalho forçado encontrado atualmente está nos países em desenvolvimento, onde as vítimas vêm dos grupos sociais e econômicos mais pobres. Eles frequentemente não tem nada além de seu trabalho. Estão constantemente migrando. São frequentemente de grupos sociais que têm uma longa história de discriminação no mercado de trabalho, assim como de pobreza extrema – povos indígenas na América Latina, castas ou minorias religiosas na Ásia, e descendentes de escravos na África.

No mundo industrializado, o trabalho forçado é um desafio crescente. O número pode ser menor do que nos países em desenvolvimento mas as tendências são perturbadoras. A maior parte dos trabalhadores forçados vem do tráfico humano para exploração sexual, ou para outras explorações econômicas, geralmente na economia “subterrânea”.

Várias dinâmicas da economia global – o crescimento da economia informal não-regulada, o crescimento das desigualdades de rendimento, o desemprego e o subemprego crônicos – podem contribuir para a armadilha do trabalho forçado. Os trabalhadores migrantes enganados pelos potenciais salários muito maiores do que podem esperar em seus países de origem são presos por dívidas adquiridas com seus contratantes. E onde existem controles inadequados sob a cadeia de sub-contratação, há risco crescente de que práticas coercitivas possam afetar os trabalhadores migrantes mesmo nos principais setores da economia.

Existem sinais encorajadores de progresso. Os primeiros planos nacionais de ação contra o trabalho forçado e obrigatório foram lançados pelo Brasil e o Paquistão. Diversos países adotaram nova legislação ou emendaram sua legislação criminal para combater o trabalho escravo e sua correspondência com o tráfico.

Mas, muito frequentemente, o trabalho escravo se mantém como um crime invisível, desconhecido e sem punição. Os governantes são, muitas vezes, relutantes para provar e reconhecer sua existência. As próprias vítimas se recusam a denunciar, temendo não somente represálias de seus exploradores mas também a ação das autoridades legais.

A erradicação do trabalho forçado continua sendo um desafio complexo. Mas é um ingrediente essencial para construir uma economia global inclusiva. Chegar lá vai exigir a ação em muitas frentes simultâneas.

Nossas mensagens para os tomadores de decisão é precisa. Enfrentem o trabalho forçado. Lidem com as causas principais como a discriminação, a escassez e a pobreza. Coloquem a abolição do trabalho forçado como alta prioridade nacional para direitos humanos e desenvolvimento, tais como as estratégias de redução da pobreza. Identifiquem quando as características do mercado de trabalho – incluindo a regulação inadequada e fiscalização do trabalho fraca ou inexistente – estão facilitando o aparecimento de novas formas de trabalho forçado.

Adotem legislação clara, permitindo que organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, assim como o público em geral, entendam os parâmetros do trabalho forçado. Dêem recursos e capacidade aos agentes responsáveis pela aplicação das leis, às polícias, para identificar, capturar, processar e punir os criminosos. Estabeleçam programas nacionais para acabar com o trabalho forçado em um período determinado e dêem grande publicidade às

iniciativas para sensibilizar e mobilizar a sociedade. Usando todos esses meios, nós podemos abolir o trabalho forçado e construir uma aliança global que acabe com essa calamidade.

Todos têm um interesse nessa luta. Empresas responsáveis querem se assegurar de que não encontrarão trabalho forçado em sua cadeia produtiva. Os consumidores querem estar tranquilos de que os produtos que consomem não são produzidos à custa da vitimização dos trabalhadores. Os países precisam de cidadãos engajados em trabalho produtivo que leva ao desenvolvimento sustentado. E a segurança global, em última instância, depende de pessoas com acesso ao trabalho decente.

Acima de tudo, as pessoas demandam e merecem a dignidade para viver e trabalhar em liberdade, o que é um direito fundamental de todo ser humano.

Já é tempo de dar um passo a frente na ação contra um demônio social que não tem lugar no mundo moderno. Para garantir uma globalização justa e trabalho decente para todos, é imperativo erradicar o trabalho forçado.